



GT11 - Política da Educação Superior – Pôster 917

ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR: UM RECORTE DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Mônica Rafaela de Almeida – UFERSA

Milena Paula Cabral de Oliveira – UFERSA

Resumo

O ensino superior público brasileiro tem vivenciado nos últimos anos um contexto de expansão e de interiorização das universidades federais, com crescimento do número de matrículas e acesso de segmentos sociais historicamente excluídos desse nível de ensino. Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar um recorte dos dados de acesso e permanência dos estudantes de uma universidade pública do interior do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2013 a 2016. A pesquisa é do tipo exploratória e quantitativa. Os dados foram coletados no sistema acadêmico da instituição pesquisada e foram analisados através do programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 18.0. Observou-se que 58% dos ingressantes, no período de 2013 a 2016, são jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. E aproximadamente 70% são provenientes de cidades do entorno dos campi. Verificou-se ainda que no período de 2013 a 2016, a média de estudantes assistidos pelos benefícios da assistência estudantil é de apenas 27%, o que evidencia a necessidade urgente de ampliação dos recursos para manter os programas de assistência estudantil das universidades federais, pois estes têm contribuído significativamente para a permanência dos estudantes no ensino superior.

Palavras-chave: Ensino Superior. REUNI. Assistência Estudantil.

Nos últimos dez anos, as políticas de expansão e interiorização do ensino superior brasileiro promoveram expressivamente um aumento no número vagas nas universidades federais, principalmente em regiões/cidades consideradas de pequeno porte. Segundo relatório do Ministério da Educação (BRASIL, 2012), de 2003 a 2010 houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 campi para 274, evidenciando um crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, indicando um crescimento de 138%.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar um recorte dos dados de acesso e permanência dos estudantes de uma universidade pública do interior do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2013 a 2016. A escolha por esse intervalo

de tempo se deu em virtude de ser o período de implantação e efetivação da lei 12.711/2012, que dispõe sobre a implantação da reserva de vagas no ingresso discente nas Instituições de Ensino Superior (IES).

A instituição pesquisada é originária de uma Escola Superior de Agricultura, criada em 1967, tendo como mantenedora o poder executivo municipal. Em 1969, a referida escola foi incorporada a Rede Federal de Ensino Superior e desde 2005 foi transformada em universidade federal. Atualmente, a instituição possui 04 campi, todos localizados na região do semiárido nordestino. E atende aproximadamente 9 mil estudantes, distribuídos em 40 cursos, sendo 02 na modalidade a distância.

Esta pesquisa é do tipo exploratória, com levantamento de dados quantitativos do acesso e permanência dos estudantes de uma universidade do semiárido potiguar. Os dados foram coletados no sistema acadêmico da instituição pesquisada e foram analisados através do programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 18.0.

O REUNI e seu papel no processo de interiorização do Ensino Superior Brasileiro

O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi criado em 2007, através do Decreto nº 6.096/2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, aproveitando a estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Também foram estabelecidas metas para a criação de novos campi no interior do país (BRASIL, 2007).

Ao definir como um dos seus objetivos prover as universidades das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, o REUNI congregou esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, em atendimento ao disposto pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que estabeleceu o provimento da oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos até 2010, uma vez que a média nacional era apenas cerca de 20% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, que tinham acesso ao ensino superior.

Na instituição pesquisada observou-se que 58% dos ingressantes, no período de 2013 a 2016, são jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. E aproximadamente 70% são provenientes de cidades do entorno dos campi. Esses dados podem evidenciar que tem

ocorrido um aumento no número de jovens dessa região no ensino superior público federal, e isto pode estar em consonância com o disposto no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001).

Com a expansão universitária e a execução do REUNI, houve um aumento no número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); uma ampliação nos investimentos em infra-estrutura; um aumento no número de novos cursos e de vagas para estudantes ingressantes. O REUNI promoveu também uma expansão e diversificação no sistema federal de educação superior. No entanto, apesar desse processo de reconfiguração da educação superior, esse nível de ensino ainda está distante de um processo de massificação ou universalização do acesso.

A universidade pública e a permanência do estudante das classes populares

Com a expansão do número de vagas e aumento das oportunidades de ingresso nas IFES, principalmente em razão das políticas de acesso e inclusão social em curso nos últimos anos, a questão da permanência dos estudantes nas universidades tornou-se um tema de grande relevância, já que a democratização do acesso contribuiu para que jovens das classes populares fossem incorporados a este nível de ensino, mesmo com condições socioeconômicas desfavoráveis e distintas trajetórias educacionais (ASSIS et al., 2013).

Mas uma efetiva democratização do ensino superior implica também na consolidação de programas voltados para permanência dos estudantes no sistema universitário de ensino, principalmente, aqueles que são provenientes de camadas socioeconômicas mais populares. E a assistência estudantil tem se revelado, ao longo do tempo, como uma maneira de garantir tal permanência no ensino superior (NASCIMENTO, 2013).

Vale ressaltar que a assistência estudantil não se restringe à concessão de auxílio financeiro e manutenção básica do estudante (transporte, moradia, alimentação), mas envolve o desenvolvimento de ações nas áreas de cultura, lazer, esporte, saúde (física e mental), visando a uma formação integral do indivíduo, que contribua para sua cidadania, qualidade de vida e capacitação profissional.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, criado em 1987, constituiu-se ao longo dos anos, como importante ator no processo de luta e articulação da política de assistência estudantil, sendo o principal colaborador para a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Desde 2008, o PNAES está em vigor em todas as universidades federais, a partir da Portaria Normativa nº 39/2007 do Ministério da Educação (MEC). Em 2010, através do Decreto nº 7.234, este é transformado em uma política de governo. Esse programa busca fornecer subsídios para permanência dos estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos cursos de graduação presencial das IFES, procurando estabelecer uma ligação entre as atividades de ensino; pesquisa; extensão e apoio ao estudante, visando contribuir para que haja melhor desempenho acadêmico do estudante atendido, o que pode contribuir para diminuir a retenção e a evasão no ensino superior (NASCIMENTO, 2013).

Na instituição pesquisada, as ações do PNAES foram implantadas desde 2008. Os benefícios ofertados aos estudantes são nas seguintes áreas: moradia, alimentação, transporte, esporte, creche, apoio pedagógico e acessibilidade. Na tabela abaixo, apresenta-se o quantitativo de discentes assistidos pelos recursos financeiros do PNAES em relação ao número de estudantes ativos, no período de 2013 a 2016:

Tabela 01: Índice de estudantes assistidos pelo PNAES no período de 2013 a 2016

Nº de Estudantes	2013	2014	2015	2016
Assistidos	2585	2986	2923	2539
Ativos	7528	8383	8870	7714

Fonte: Relatório da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Instituição pesquisada.

De acordo com os dados da tabela 1, verifica-se que no período de 2013 a 2016, a média de estudantes assistidos pelo PNAES na instituição pesquisada é de apenas 27%, o que evidencia a necessidade urgente de ampliação de recursos para manter os programas de assistência estudantil existentes nas universidades federais.

Nesse universo, é importante ressaltar que a assistência estudantil nessa instituição tem contribuído significativamente para a diminuição da taxa de evasão, pois dos discentes assistidos pelo PNAES, apenas 0,47% fazem o trancamento e/ou cancelamento do curso.

A problemática do financiamento da assistência estudantil, em conjunto com as dificuldades para composição ou recomposição de um quadro técnico estruturado de forma a operacionalizar as ações da assistência estudantil são os maiores entraves para a execução de uma política eficiente de assistência estudantil nas universidades federais.

Assim, a assistência estudantil precisa ser periodicamente avaliada, rediscutida, reconstruída em fóruns, seminários, conferências e congressos, pois somente através do diálogo é possível fazer com que a mesma se torne uma política de Estado e não um programa de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas de democratização que vem sendo implementadas na educação superior tem representado ganhos para os estudantes das classes populares, mas o horizonte dessa democratização que está sendo proposta se distancia de um projeto educacional crítico, criativo e emancipador. Nesse sentido, observa-se que as ações instituídas pelo governo brasileiro para responder ao problema da necessidade de ampliação do acesso/permanência na educação superior, somente encurtam a distância entre a universalização formal e as condições individuais de acesso a educação, mas não a elimina porque a eliminação da desigualdade das condições de acesso ao saber formal pressupõe a socialização da riqueza socialmente produzida.

REFERÊNCIAS

ASSIS, A. C. L.; SANABIO, M. T.; MAGALDI, C. A. e MACHADO, C. S. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. Florianópolis: **Revista GUAL**, v. 6, n. 4, p. 125-146, Edição Especial, 2013.

BRASIL, Presidência da Republica do. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

BRASIL, Presidência da Republica do. **Decreto Nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 24 de fevereiro de 2017.

BRASIL, Ministério da Educação do. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília/DF, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1238

6-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 de março de 2017.

NASCIMENTO, C. M. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, Brasil, 2013.